

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XII - Nº 209 - DE 26 DE FEVEREIRO A 12 DE MARÇO DE 2001 - R\$ 1,00

Os governos municipais do PT e as demissões e arrocho salarial

Brasil x Canadá:

Burguesia brasileira

e seu governo se

submetem a todas

as pressões da

burguesia imperialista.

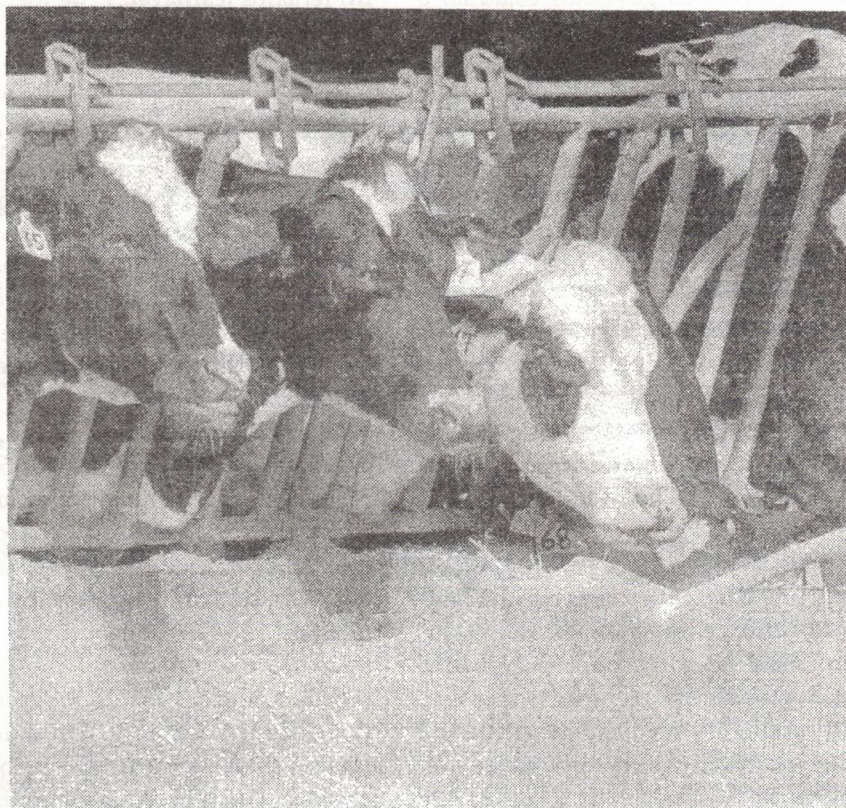
Fora com os "fiscais"

do imperialismo!

Pôr em pé a

FRENTE ÚNICA

ANTIIMPERIALISTA



A crise capitalista obriga o movimento operário a responder. Ou se levanta e luta nacionalmente ou os capitalistas aumentarão a exploração

Governo ianque já diz a que veio:

Bombas sobre o Iraque;

Repressão sobre os palestinos;

Menos impostos aos capitalistas;

Mais opressão nacional e social

Crise no governo FHC aumenta:

Corrupção é denunciada por toda parte.

Os partidos e gangues burguesas brigam.

Mas o PT segue os capitalistas e não

organiza a luta nacional de massa.

**130 anos da Comuna de Paris:
Primeira Revolução Proletária**

Quinzena de luta do movimento operário

Multibrás: Marinho da CUT aceita demissão de 1.050 trabalhadores. Só quer prazo maior para a transferência da empresa.

A Multibrás (antiga Brastemp) está decidida a fechar a fábrica de São Bernardo e transferir a produção de geladeiras e freezers para Joinville (SC). Para prorrogar o prazo dessa transferência, como querem os governos estadual e municipal e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, embora negue, ela quer uma "compensação", isto é, quer que "alguém" arque com o seu "custo mensal" de R\$ 2,2 milhões. Diante disso, os governos saíram de cena. Disseram que não têm como segurar a empresa aqui. Eles não poderão, por exemplo, liberá-la do pagamento de impostos, como o ICMS (cerca de R\$ 2,6 milhões mensais), pois, como disse o prefeito de São Bernardo, eles não irão contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Dessa forma, a negociação com a empresa ficará a cargo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Marinho (presidente do sindicato) quer prazo de 2 anos para o fechamento da fábrica e transferência da produção. Para isso, irá para os Estados Unidos, onde fica a sede da empresa (a Whirpool), "convencer" os patrões de que esse prazo é necessário para a "recolocação" dos 1.050 metalúrgicos que ficarão desempregados. A direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC ilude os trabalhadores com a idéia de que eles poderão conseguir uma recolocação profissional, quando o setor metalúrgico está demitindo e aumentando a exploração dos trabalhadores empregados com horas extras. A tarefa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC é organizar a luta os trabalhadores da Multibrás, que resistem de maneira espontânea ao brutal ataque da empresa, mantendo, desde o dia 06/02, um ritmo lento na produção (50% abaixo do normal). Somente recorrendo ao método da ação direta (ocupação da fábrica, paralisação, bloqueios e manifestação de rua) os metalúrgicos da Multibrás poderão sair da defensiva e impor suas necessidades aos patrões.

Patrões da Volkswagen atacam os trabalhadores e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC defende a conciliação

Na unidade de São Bernardo do Campo, a VW insiste em aumentar a produção através da superexploração dos operários. Além da produção extra realizada em 5 sábados, agora eles terão de "compensar" os dias-pontes de quatro feriados (carnaval, 1º de Maio, Corpus Christi e Proclamação da República), trabalhando 24 minutos a mais por dia, no período de 19/02 a 19/06. Isso foi decidido por meio de um "plebiscito", isto é, pura demagogia para dizer que os funcionários é que decidiram isso. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC é cúmplice dos patrões, porque não denuncia os objetivos dos patrões de aumentar a jornada de trabalho e não luta pela escala móvel de horas de trabalho.

Na unidade da África do Sul, a VW demitiu 1300 trabalhadores após uma greve que exigia a recontração de 13 representantes sindicais. A empresa está punindo os trabalhadores lutadores. Ela está com uma política de demissão em algumas unidades e aumento da jornada de trabalho em outras. Os operários de todas as unidades da VW (em todo o mundo) não podem se deixar intimidar pelos seus ataques. Quando não há mobilização, a empresa demite do mesmo jeito (unidade de São José dos Pinhais) ou superexplora (unidades de Taubaté, do Vale do Paraíba e de São Bernardo do Campo). O que demonstra que só a ação dos trabalhadores pode combater os desmandos dos patrões. Os metalúrgicos da África do Sul estão no caminho certo: a greve.

A burocracia sindical das unidades da VW de Campinas e São José dos Campos organizou um ato de "solidariedade" aos trabalhadores da África do Sul, no dia 22/02, em frente ao consulado alemão. Essa manifestação acabou sendo distracionista, passiva, não atingiu a ofensiva patronal sobre os operários porque não afetou a produção. O internacionalismo proletário é a unidade operária CONTRA os patrões daqui e de fora do país.

São vários os exemplos de ataques dos patrões

A FEM, de Tucuruvi, não deposita o FGTS há 70 meses e o governo, através do TRT, a favorece dando prazo até o final do ano para o acerto. Os 120 metalúrgicos, no entanto, reagem. Fizeram 5 dias de greve em protesto contra a empresa.

A General Motors, ao invés de reajustar os salários arrojados dos 8.500 operários, prefere adiantar a primeira parcela do 13º salário, isto é, empresta aos operários seu próprio dinheiro. Além disso, para "conceder folgas" na segunda e quarta-feira de carnaval, descontou 2 dias do banco de horas. O Sindicato dos Metalúrgicos de S. Caetano faz parceria com a empresa para concretizar o projeto Formação com Competência (FOCO), endossando a concepção de que o trabalhador precisa se "reciclar" ao invés de defender melhores condições de trabalho, reajuste salarial que atenda as necessidades dos trabalhadores e pela escala móvel de salários.

Os trabalhadores da Engesa (que falhou em 1993), até o momento não receberam 1 centavo da rescisão de contrato de trabalho. Enquanto isso, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos aposta na via legalista, convoca assembléia para decidir sobre o andamento processo trabalhista.

Contra a ofensiva generalizada dos patrões, os operários têm de responder com luta unitária e generalizada.

Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo ilude a categoria ao estabelecer critérios pretensamente rígidos para acordos com as empresas sobre banco de horas. Ou seja, defende redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas; implantação de PLR e a não utilização dos sábados, domingos e dias-pontes para o banco de horas. Além disso, a quantidade de horas tem de ser zerada a cada 6 meses, não podendo passar de um ano para outro.

As reivindicações que atendem as necessidades dos trabalhadores não são essas. São: escala móvel de horas de trabalho, salário mínimo vital de R\$ 1900,00, escala móvel de salário de acor-

do com o custo de vida. Quaisquer outras reivindicações que venham a iludir os trabalhadores devem ser rechaçadas.

Eleição Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e da Região: prevalece a política do peleguismo

Nos dias 19, 20 e 21 de fevereiro realizou-se a eleição para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Não houve disputa, pois somente a chapa da

Força Sindical, encabeçada por Paulinho estava inscrita. Sendo assim, foi a “vencedora”, com 63.113 votos (95% dos votos válidos). A eleição contou com um total de 66.336 votos, sendo 1.502 nulos e 1.721 em branco. Paulinho deverá se afastar da direção, a partir de abril, para se dedicar à direção da Força Sindical. Em seu lugar ficará o vice Ramiro de Jesus Pinto. Em Guarulhos e Região, a Força Sindical também continua a manter o seu controle, pois a chapa 1 (única chapa), encabeçada por José Pereira dos Santos, “venceu” com 94,7% dos 10.602 votos.

As eleições eram de cartas marcadas. Isso porque, de um lado, a CUT não concorre com a Força em locais onde sua base está consolidada (como em São Paulo e Guarulhos) e, de outro lado, não há uma corrente revolucionária que possa levantar a bandeira classista como oposição a política pelega e pró-imperialista da Força. Os resultados dessa eleição mostram a urgência da construção de uma corrente revolucionária para atuar no interior deste sindicato os burocratas pró-capitalistas e pró-imperialista da Força Sindical.

FGTS - Governo quer “pagar” trabalhadores com o dinheiro dos trabalhadores

O governo deve cerca de R\$ 43 bilhões a aproximadamente 10 milhões de trabalhadores, em correção dos saldos do Fundo de Garantia relativos ao Plano Verão, de 1989 e ao Plano Collor, de 1990. É importante não esquecermos que esse dinheiro foi roubado pelo governo. Ou seja, ele deveria ter corrigido as contas dos trabalhadores no FGTS e não o fez. Para onde foi o dinheiro da correção? Ele embolsou.

FHC, durante a última campanha eleitoral, prometeu o pagamento a todos os trabalhadores. Cinco meses depois de reeleito diz não ter nada a ver com este problema, causado por governos anteriores. Após adiar por 4 vezes, apresentou uma opção que atinge justamente os trabalhadores. O governo inicialmente queria buscar o dinheiro para o pagamento dessa dívida eliminando conquistas dos trabalhadores, isto é, retendo os 40% de multa paga pelos patrões aos trabalhadores demitidos sem justa causa. Além disso, propôs diminuir o valor do depósito feito na conta do FGTS do trabalhador, de 8% para 7%; diminuir a taxa de juros de correção do fundo de 3% para 2% ao ano; e aumentar a taxa de juros nos financiamentos de casa própria, de 6% para 8%. Deixando claro que não utilizaria seus próprios recursos (dinheiro do Tesouro Nacional) para pagar a dívida que tem com os trabalhadores.

Devido à péssima repercussão que o anúncio destas medidas causou, o governo agora alega que não “pretende” usar o dinheiro da multa de 40%. Mas nada falou sobre as outras medidas que mexem também com o dinheiro dos próprios trabalhadores. O que caracteriza mais um

roubo do governo. Se não bastasse isso, o governo não pagará esta dívida imediatamente nem a todos. Primeiramente, por exemplo, pagaria os trabalhadores com débito de até R\$ 500 em três anos. O que quer dizer que só começará a sanar sua dívida no ano de 2004, terminará no ano de 2009 e restringirá o pagamento a apenas parte dos trabalhadores.

Na verdade, o Fundo de Garantia consiste num montante de recursos que pertencem aos trabalhadores, portanto, deve estar sob o controle dos próprios trabalhadores. Essa dívida do governo não passa de um roubo, deve ser paga imediatamente a todos os trabalhadores sem exceção.

Centrais sindicais se unem ao governo para extorquir trabalhadores

As centrais sindicais (CUT, Força Sindical, CGT, SDS) tentaram mostrar disposição de defenderem os trabalhadores contra um possível calote do governo. Inicialmente todas defenderam que os recursos para o pagamento da dívida viessem dos cofres do governo (Tesouro Nacional), já que foi ele quem gastou o dinheiro dos trabalhadores. Diante da enrolação do governo, entretanto, não faltaram propostas para ajudá-lo a encontrar outras fontes de recursos.

A Força Sindical propôs que o governo não pague a todos os trabalhadores de uma vez, mas priorize aqueles que têm que receber até 10 salários mínimos. Propôs que os recursos viessem do aumento da multa (de 40% para 60%) paga pelos “maus empregadores”, onde 20% ficaria

para o Fundo. Mas a pérola de sua proposta é que a dívida seja paga com títulos do Tesouro (Notas do Tesouro Nacional) a serem depositados na conta do Fundo e resgatados pelo trabalhador somente após 5 anos, ou seja, até lá ele pode, no máximo, comprar ações de estatais ou negociar na bolsa de valores. Somente os desempregados e aposentados poderiam sacar o dinheiro dos títulos. Segundo Paulinho, cinco anos não é um prazo longo se comparado ao tempo em que o trabalhador demoraria para receber se entrasse na justiça. A CUT defende pagamento a todos os trabalhadores que tenham saldo de até 20 mínimos (os demais deveriam receber em 2002 e 2003). A CGT também quer que sejam pagos primeiro os trabalhadores com menor saldo. A proposta do governo anunciada no dia 20/02, para essas centrais sindicais, deve ser rejeitada, sobretudo porque a retenção dos 40% do Fundo prejudica o trabalhador. E ainda criticam o fato do governo não estar contribuindo com nenhum recurso, isto é, não estar utilizando dinheiro do Tesouro Nacional para efetuar o pagamento.

A proposta da burocracia de iniciar com o pagamento das faixas salariais mais baixas é uma manobra para negociar com o governo, evitar o choque e a luta de classes, e obter alguma migalha a ser apresentada aos trabalhadores como uma “conquista”. Os trabalhadores devem rejeitar a política de conciliação de classes, exigir o pagamento integral do saldo do FGTS e mobilizar para arrancar do governo esse direito pelo único método que obriga os capitalistas e o governo a recuarem: a luta direta e de massa.

A crise na aliança governamental

Confirmou-se a previsão de que Jader Barbalho (PMDB) e Aécio Neves (PSDB) iriam vencer a disputa contra o PFL. A aliança PSDB e PMDB, visando a enfraquecer o PFL quanto à perspectiva eleitoral de 2002, mostra que a probabilidade de uma ruptura da coligação atual está colocada. Uma fração do PFL pretendia se denominar oposição desde já, com o argumento de que o Presidente da República havia sido um fator da vitória do PMDB. A ala mais comprometida com a governabilidade, capitaneada por Bornhausen/Maciél, e que mais se aproveitava dos cargos no momento, é que tem evitado uma atitude mais radical do PFL em relação à coalizão. FHC procurou ocupar o lugar de eminência parda no jogo palaciano que dividiu os partidos de sua sustentação, receando que um apoio aberto a Jader/Aécio unisse o PFL em torno da posição de Antônio Carlos Magalhães/Inocêncio de Oliveira de romper a aliança e se constituir em obstáculo aos dois últimos anos de seu mandato. Graças à divisão existente no PFL não se desenvolveu mais a fundo a crise política.

PT participa do jogo sujo

O PT também esteve dividido. Uma fração parlamentar pretendia apoiar Inocêncio e negociar o apoio do PFL ao candidato do PDT para a presidência do senado, contra Jader Barbalho. Uma outra estava com Aécio Neves. A direção petista procurou mostrar-se "sábia", tirando proveito da cisão na aliança governamental para comparecer como fiel da balança na disputa entre PFL e PMDB/PSDB, o que lhe daria uma importância parlamentar que não tem. Negociou o seu voto em ambos os campos. Finalmente, teve de lançar a candidatura de Mercadante para a Câmara para evitar que a cisão de sua bancada fosse desastrosa. Participou, assim, de todo a falcatura da disputa burguesa.

Retrato da burguesia decadente

O confronto aberto na aliança governamental em torno do domínio do aparato parlamentar mostrou o quanto fétida é a política burguesa e suas instituições. Jader Barbalho teve sua vida esmiuçada por Antônio Carlos Magalhães, que revelou

sua condição de ladrão e facínora. Em resposta, Jader trouxe à luz do dia o que tudo já se sabia sobre a ladroagem de Antônio Carlos Magalhães. Ficou nítido que os dois caciques pertenciam a duas quadrilhas em disputa pelos pontos de tráfico da política burguesa no poder do Estado, de onde se pode roubar, fraudar etc.

Todo palavreado dos petistas de um Congresso "ético" e "independente" se esfumou frente ao embate das quadrilhas. Os reformistas cumpriram seu papel de embelezamento do mar de lama.

A democracia das quadrilhas

Os acontecimentos confirmam que a democracia dos capitalistas não passa de um feudo dos grandes partidos oligárquicos e venais. Expressam a decadência da classe dominante que não pode encabeçar o desenvolvimento econômico, político e cultural do país. O fato dos maiores ladrões e patifes dirigirem as disputas políticas reforça a tese marxista que vivemos a época de desintegração do capitalismo.

A estratégia reformista de democratizar essa cova de ladrões, de opressores dos trabalhadores e de vendilhões do país ao imperialismo termina por colocá-los na mesma posição de um Antônio Carlos Magalhães, de um Jader, Inocêncio, Aécio etc.

Pôr abaixo o Estado burguês

A estratégia revolucionária é a de destruir a burguesia traficante e todo seu aparato do Estado. Edificar em seu lugar a democracia proletária (ditadura do proletariado), em que as massas trabalhadoras encarnem a economia, a cultura e a política contra toda forma de opressão de classe.

Novos desdobramentos da crise

Terminada a disputa pela presidência da Câmara e do Senado, o Presidente da República fez sinal de reconciliação com a ala carlista do PFL. As denúncias de corrupção no núcleo presidencial, feitas por Antônio Carlos Magalhães (ACM), impulsionam a crise política no seio do poder do Estado. Ocorre que ACM se encontra encurralado pelo PMDB/PSDB e pela ala

pró-aliança do PFL, comandada por Jorge Bornhausen. Reconciliar significa baixar a cabeça como vencido. A preservação do poder oligárquico de ACM depende de uma cisão da aliança governamental. A continuidade das denúncias que levou FHC a destituir os dois ministros do PFL, controlados por ACM, é mais um elo da crise política. A posição da ala Bornhausen/Marcos Maciel de disciplinar os movimentos dos carlistas constitui uma tentativa de contornar as denúncias contra FHC e amenizar a crise no poder do Estado.

O fato do PT estar atolado até o pescoço na disputa das quadrilhas burguesas permitiu que ACM o responsabilizasse pelo acobertamento da corrupção.

Tudo indica que o conflito interburguês terá continuidade em função das eleições presidenciais em 2002. As cisões entre caciques dos partidos da aliança mostram a movimentação que ocorre nos bastidores da política patronal, motivada pelas tendências de agravamento da crise econômica.

Aproveitar a crise burguesa

A classe operária e demais oprimidos devem tomar o cuidado para não serem arrastados por detrás dos choques entre os partidos da ordem capitalista. Apesar da crescente desmoralização do Parlamento, o reformismo petista continua a exercer influência sobre as massas para que elas se mantenham disciplinadas nos limites da democracia dos ladrões. Lá vêm eles com o palavreado de "cidadania", "ética na política", "novo modo de governar" etc. Devemos rechaçar a falsidade dos reformistas. Que a democracia burguesa apodrecida se arrebe. Nada de salvá-la, como querem os frentepulistas do PT.

Os explorados só têm um caminho a trilhar: unir-se em um amplo movimento contra o governo dos exploradores e seu partidos. As reivindicações mais elementares, como salário e emprego, precisam ser colocadas nas ruas. Chega de suportar os planos pró-imperialistas e antipopulares da aliança PSDB/PMDB/PFL. Chega de aguentar a demagogia petista de reformas no capitalismo. Soma-se às reivindicações de emprego e salário a bandeira de Abaixo o governo corrupto e o Parlamento de lacaios.

Canadá suspende embargo comercial à carne brasileira

No último dia 23/02, o Canadá suspendeu a proibição da entrega da carne brasileira em seu território. Seguiu os passos do governo ianque, que havia decidido o mesmo. Foi o final de mais um capítulo da novela da disputa comercial entre Brasil e Canadá.

O Canadá suspendeu a compra de carne brasileira por causa do conflito comercial entre as empresas Bombardier, canadense, e Embraer, "brasileira", mas de controle multinacional, que concorrem no mercado de aviões comerciais pequenos e médios. A empresa canadense acusa a Embraer de ser subsidiada pelo governo brasileiro, enquanto ela mesma é subsidiada pelo seu. O Canadá entrou com uma queixa contra o Brasil na Organização Mundial do Comércio, e conseguiu a condenação brasileira com uma pena de 1,4 bilhão de dólares. O governo brasileiro recorreu. Foi então que o Canadá resolveu boicotar a carne brasileira, acusando a existência de vírus da doença da vaca-louca na produção do Brasil.

O Canadá consome muito pouca carne brasileira. 80% das exportações nacionais vão para os mercados europeus. Apenas 8% vai para a América do Norte, a maioria disso entra no mercado norte-americano. O boicote canadense à carne brasileira poderia. À primeira vista, não ter nenhuma força. Mas o contrário aconteceu.

Os Estados Unidos e o México, parceiros do Canadá no bloco econômico Nafta, foram levados a aderir ao boicote "sanitário" canadense. Imediatamente, todo o comércio interno de carne no Brasil foi paralisado. Frigoríficos deixaram de realizar compras e a carne ficou encalhada. A pressão imperialista agiu sobre quaisquer interesses imediatos de comércio. O Brasil tem saldo negativo no comércio com o Canadá de cerca de 1,5 bilhão de dólares. Quer dizer, no caso de uma interrupção das relações comerciais, é o Canadá quem sai perdendo mais. E o comércio de carne com o Canadá representa menos de 1% das exportações brasileiras. Mas o que pesou foi a pressão ianque.

O governo brasileiro reagiu com discurso. FHC deu um prazo de 15 dias para resolver a questão da carne, e, ao mesmo tempo, abriu os matadouros para que técnicos dos EUA, Canadá e México viessem inspecionar. Ou seja, o prazo na verdade foi dado ao próprio Brasil para que atendesse às exigências do Nafta, e submeteu o controle de pra-

gas interno às imposições externas. Procurou chantagear com a negociação da ALCA, em que os EUA estão pressionando para que sejam aceleradas, dizendo que se os norte-americanos querem o bloco comercial mais cedo, então que convençam o Canadá a remover o boicote à carne. O México seguiu seus passos em todos os passos, mostrando sua submissão ao imperialismo.

Os EUA ganharam duplamente com o episódio. De um lado, por terem obtido o recuo canadense, obtiveram um compromisso de FHC de apoiar a aceleração da negociação da ALCA. De outro, impuseram seus fiscais sobre a produção de carne brasileira, enquanto seu próprio rebanho é apenas formalmente verificado (apenas 500 animais por ano são submetidos a exames de controle da aftosa e vaca-louca, enquanto na Europa esse número chega a 20 mil). Ganhou assim mais um instrumento de barganha nas disputas comerciais com os europeus, tanto na América Latina como na Europa.

O Brasil deu mais passos atrás em sua submissão: na conclusão, perdeu espaço nas negociações da ALCA e submeteu-se ao controle sanitário externo. Sem falar nos prejuízos da paralisação do comércio interno de carne e nas desconfianças geradas no mercado europeu, principal consumidor de carne brasileira.

Os protestos contra o boicote canadense foram uma piada. Um churrasco na frente da embaixada canadense, a

proibição do desembarque de algumas vacas do Canadá e de um contêiner que um empresário brasileiro já havia pago (e por isso foi liberado a seguir). As centrais sindicais se colocaram à reboque das frações burguesas prejudicadas com a paralisação do comércio interno, e estas se submeteram às imposições externas. A Força Sindical chegou ao ponto de se juntar à reacionária UDR assassina de sem-terras na manifestação. Os protestos de caráter carnavalesco evidenciaram a ausência da autêntica luta antiimperialista, que é travada sob a liderança da classe operária e que se choca contra os capitalistas daqui e de fora do país. O nacionalismo burguês é totalmente impotente diante das investidas do imperialismo, e é instrumento para arrastar os explorados a apoiarem os exploradores, por isso é reacionário. Opositamente, o internacionalismo proletário coloca a luta unitária internacional dos explorados contra os exploradores, de fora e dentro do país, tendo como uma de suas bases o princípio da independência de classe.

O controle sobre o comércio exterior (monopólio estatal do comércio exterior) é um dos mecanismos da classe operária quando chega ao poder para enfrentar a opressão imperialista. Permite que a relação comercial interdependente entre os países não favoreça ao imperialismo. Para se alcançá-la, é preciso travar a luta antiimperialista.

Fora a inspeção do imperialismo

O governo canadense, depois de mandar recolher os produtos brasileiros de carne, sem nenhuma comprovação de doença ou indicador seguro do perigo da "vaca louca", compôs uma comissão de inspeção com Estados Unidos e México para verificar no local as condições fitosanitárias.

O governo brasileiro a recebeu e atendeu todas as exigências de averiguação. Nada foi constatado. Apenas se comprovou a arbitrariedade do Canadá, que certamente contou com os Estados Unidos, para denegrir o Brasil. Uma forma de pressão para justificar o protecionismo imperialista.

A entrada da comissão canadense/ianque representa uma ingerência externa das potências na semicolônia. Imaginem se os Estados Unidos permitiriam uma comissão do Brasil fiscalizar suas condições de higiene. Quem deve responder pelas exigências de saúde pública é o próprio país acusado, no caso o Brasil. Mas a subserviência da burguesia brasileira impossibilita de proibir a investigação do imperialismo.

Lembremos que os Estados Unidos fizeram o mesmo com Iraque para controlar sua indústria armamentista. A prepotência dos ianques não tem limites. E quanto mais a burguesia e seu Estado se curvam mais alimentam seu poder de estorquir as semicolônias.

Nossa bandeira: quem investiga as condições sanitárias são os brasileiros; fora a comissão dos exploradores do mundo; fora os maiores destruidores da natureza e causadores de profundas distorções na ordem natural.

Não esqueçamos que a doença da vaca louca é criação do capital imperialista europeu!

Protecionismo imperialista

Não houve a menor dúvida de que o embargo de carne pelo Canadá contra a exportação brasileira responde a um movimento protecionista mais geral das potências. O envolvimento dos Estados Unidos e México (esse último é apenas figurante entre as duas potências) indicou que a atitude do Canadá vai além da vaca louca e da Embraer.

O governo norte-americano está investido de novo ataque ao Brasil, agora em torno das patentes de remédios. Os monopólios querem continuidade na superexploração. Não admitem que se possa produzir os mesmos produtos e tê-los a preços mais baixos que os monopolistas. Poucas são as mercadorias semimanufaturadas ou manufaturadas do Brasil que concorrem no mercado mundial, a exemplo do aço, sapatos e suco de laranja. De alto valor, estão os aviões regionais da Embraer, que rivalizam com a Bombardier canadense. Mesmo assim, por detrás da Embraer está o capital estrangeiro. Mas o fundamental está em que as potências fazem dos países semicoloniais “gato e sapato”. Impõem suas regras protecionistas como querem, usando a Organização Mundial do Comércio como instrumento “legal” de domínio econômico-financeiro.

Toda “teoria” do livre mercado como fator de integração das nações e de desenvolvimento das semicolônias (países atrasados e submetidos) não passa de máscara para acobertar os interesses dos monopólios e das potências. A indústria, o comércio mundial e o capital financeiro estão nas mãos de um punhado de países (grupo dos 7). Nessa ordem mundial do capitalismo, a maioria das nações ocupa um lugar subalterno, em que nada decidem e não podem superar a condição de atraso histórico.

Pontos do programa antiimperialista

1. Não pagamento da dívida externa. O endividamento externo é uma imposição do capital imperialista às nações semicoloniais. O montante de juros e amortizações saqueiam o país. Por intermédio do endividamento, os banqueiros internacionais obtêm alta lucratividade e ainda controlam a vida econômica dos países devedores, que são a maioria. O parasitismo financeiro é uma das características do capitalismo na fase imperialista. Enquanto o Brasil estiver sob seu comando, permanecerá no atraso e seguirá as determinações das potências.

2. Retomar as estatais privatizadas, expropriando os capitalistas, sem indenização. O Plano de desestatização constitui um crime da burguesia brasileira contra a nação oprimida. Atende ao parasitismo dos banqueiros e multinacionais. Aumenta o índice de desnacionalização, reforçando

O protecionismo imperialista é uma das barreiras ao desenvolvimento das forças produtivas nas semicolônias. Advém da estrutura desigual e combinada do capitalismo mundial.

Os monopólios não permitem a expansão da produção e mercantilização de produtos sob o controle do capital nacional, que em geral é raquítico. Esta relação se agrava contra as semicolônias no quadro de superprodução mundial e desintegração do capitalismo. Tudo indica que a guerra comercial se agudizará no próximo período. O aumento dos conflitos comerciais expressam essa tendência.

A resistência antiimperialista depende do proletariado

O protecionismo semicolonial difere do imperialista, por se tratar da defesa das forças produtivas internas contra a rapinagem externa. A burguesia nacional teve a possibilidade de usá-lo em determinadas circunstâncias mundiais, marcado por posições nacionalistas, mesmo que limitadamente. O estatismo, controle alfandegário, taxações e controle da remessa de lucros ao exterior são conhecidos na história econômica e política do Brasil.

O que temos hoje é um movimento inverso. A frase de FHC de que seu objetivo era enterrar o período Vargas (governo burguês nacionalista) foi colocada em sua boca pelos Estados Unidos e demais potências. Não havia nada de autenticidade nessa meta, que já tinha sido plantada por Collor e seguida por Itamar Franco. Mas, sem dúvida, foi com FHC que tomou conteúdo e formato consistente de diretriz entreguista.

Nos bastidores do governo, está a bur-

o controle interno do capital imperialista.

3. Nacionalizar o comércio exterior e impor o monopólio estatal, de forma a controlar completamente o balanço de pagamento. Os exportadores e importadores, bem como os financistas, determinam as relações comerciais e financeiras, sendo que estas estão sob o controle dos monopólios que sangram as riquezas nacionais.

4. Expropriar o grande capital, sem indenização. Impor o controle operário coletivo da produção. Enquanto o poder econômico estiver nas mãos dos grandes grupos empresariais, comerciais e financeiros, prevalecerá a rapinagem do país. O atraso do país e a miséria das massas estão condicionados pelo capital monopolista.

5. Rechaçar os planos do FMI, que impõem a desnacionalização, a destruição dos serviços públicos, a previdência social

guesia nacional. E por detrás desta, a burguesia imperialista.

A adoção pela burguesia brasileira de um governo pró-imperialista, seguindo o processo de reação antinacional do golpe militar de 1964, põe em evidência sua falência como classe dirigente da nação oprimida. A desestatização, abertura de mercado e facilidades para a movimentação do capital financeiro mostram que o Estado foi colocado totalmente a serviço dos interesses antinacionais.

A defesa do país contra o saque imperialista não pode ser feita pela classe burguesa. Cabe à classe operária organizar a maioria nacional oprimida, conformada pelos camponeses e pequena burguesia urbana empobrecida, em um movimento revolucionário antiimperialista. Por que isso não vem ocorrendo?

O proletariado carece de organização própria. Continua sob a influência da política burguesa. O reformismo petista, que na sua origem parecia progressista, logo se mostrou impotente para pôr em pé a resistência dos explorados e se adaptou aos interesses dos exploradores. As organizações sindicais, que retomaram as greves no final da ditadura militar e que também pareciam que jogariam um papel progressivo na luta econômica e política, permaneceram atadas ao Estado burguês.

É preciso compreender essa situação para desenvolver o embrião do partido revolucionário, impulsionando a luta de classe, combatendo ideológica e politicamente as variantes da política patronal e elaborando o programa proletário no seio das massas. A luta antiimperialista e a tática que corresponde a ela, ou seja, a tática da frente única antiimperialista, faz parte dessa tarefa.

e aumenta o controle externo do país.

6. Romper com todo acordo internacional que submeta o Brasil ao ditame das diretrizes impostas pelas potências. Tornar público os acordos secretos e investigar tudo que significou sangria das riquezas nacionais. Inclusive acordos militares e diplomáticos.

7. Rechaçar o intervencionismo imperialista em qualquer parte do mundo, defendendo os países oprimidos contra a agressão das potências, a exemplo dos ataques ao Iraque, Iugoslávia etc. Defesa da autodeterminação dos povos. Unidade das massas oprimidas contra a fome e miséria.

8. Constituir a Frente Única Antiimperialista, sob a direção do proletariado e com o programa revolucionário, cuja estratégia é o da revolução e ditadura proletárias.

Sindicalistas petistas e o Estado

A conquista de prefeituras pelo PT pôs abaixo a farsa da neutralidade e autonomia dos sindicatos frente aos partidos políticos. Os sindicalistas usam as organizações dos explorados para ascenderem na política burguesa por intermédio do eleitoralismo. Se não se transformam em prefeitos, parlamentares, tornam-se assessores, administradores, fiscais etc.

O PT considera um quadro aqueles que se mostram capacitados a exercerem um posto no Estado burguês. Muitos esquerdistas do passado, que chegaram inclusive a professar a destruição do Estado capitalista, viraram administradores, conselheiros, cabos eleitorais e por aí afora.

Uma das reclamações da direção petista em São Paulo é que o partido ainda tem poucos quadros preparados para conduzir os negócios da burguesia por meio da máquina estatal. É claro que não

dizem ser negócios da burguesia e sim interesses populares.

Acobertados pela farsa de incluir os excluídos, pagar a dívida social dos exploradores, os reformistas ocupam lugares no Estado e fazem o papel de qualquer governo da burguesia. O grave é que se aproveitam dos sindicatos para ascenderem a algum degrau do aparato dos opressores e manterem as organizações das massas subordinadas ao aparato estatal.

Quem ainda se dê a paciência de ler as resoluções da CUT sobre a autonomia e neutralidade dos sindicatos frente aos partidos pode ver o quanto os reformistas são falsos e hábeis manipuladores da máquina sindical.

A verdadeira independência dos sindicatos deve se expressar frente ao Estado e a toda variante da política burguesa. O reformismo é uma das variantes mais traiçoeiras, porque mascara sua face,

para controlar o movimento das massas, até que as contradições e a luta de classe iluminem sua feição patronal.

A experiência do PT, incorporando seus sindicalistas no Estado, será um passo para sua identidade ser revelada aos olhos da classe operária e demais oprimidos. Cabe à vanguarda revolucionária combater os reformistas com o método da luta de classe, com o programa revolucionário e a teoria do socialismo científico.

O avanço na construção do Partido marxista-leninista-trotskista cumpre o papel de poderoso antídoto à política que subordina os sindicatos ao Estado. A derrota ideológica do reformismo, o fracasso de sua política burguesa mascarada de trabalhadora e a quebra de sua organização no seio das organizações de massa é uma condição para a independência do proletariado e para avançar a revolução social.

MODO PETISTA DE GOVERNAR Nº 4

Prefeitura “corta gastos” demitindo e arrochando trabalhadores

A proposta de reduzir os gastos já vêm sendo colocada em prática há muito tempo pelos políticos do PT, através da adoção da política neoliberal de enxugamento da máquina. Resultado: sobra para os trabalhadores.

Na prefeitura de São Paulo essa política já começou a vigorar logo no início do governo de Marta. Até agora já foram 801 trabalhadores demitidos nas empresas municipais, como a Prodam, Anhembi e Cohab. A justificativa é a de que esses funcionários seriam “fantasmas”. Entretanto, no próprio Anhembi, dos cerca de 400 funcionários demitidos, a grande maioria pertencia ao setor de manutenção, que além de trabalhar tinha os menores salários.

Aí está a contradição do governo de Marta / PT: diz querer economizar, mas, no Anhembi mesmo, pretende investir na recuperação do parque e nas reformas do estacionamento, pavilhão de exposições e demais instalações. Tudo isso para valorizar o empreendimento da Alcântara Machado e da Construtora São José, que querem transformar o esqueleto de concreto ali existente no maior hotel da Capital, com 780

apartamentos de luxo. Isso significa que a prefeita quer mesmo é cortar gastos para com os trabalhadores, porque para favorecer o empresariado, a pretexto de desenvolver a cidade, ela não economiza em nada.

Quando não demite a prefeita ataca arrochando ainda mais o salário do funcionalismo. Além de ter incorporado ao salário dos mesmos um mísero aumento de 3,26% (referente a novembro, dezembro e 13º salário) o pagará em 3 parcelas, sem data definida.

Mas o grave foi o aumento dado aos seus funcionários de “confiança”. Os seus secretários municipais, administradores regionais e diretores de departamento receberam aumento que chega a 39% (bem superior aos 3,26% do funcionalismo), com um custo anual previsto em R\$ 8.884.000. Este aumento para o primeiro escalão, segundo os assessores da prefeita, se justifica pelo fato dos salários estarem muito abaixo dos valores de mercado. Para pagar os 1.072 privilegiados, a prefeita utiliza os R\$ 78 milhões que o município economizou com a demissão de mais 801 funcionários acima citados e outros que ela ainda prevê en-

contrar “escondidos” pelos escritórios. É desta forma que Marta diz que irá governar para os “menos favorecidos”. Ao parcelar o aumento de 3,26% dos funcionários e dar 39% para seus escolhidos, ela pratica a mesma política dos governos neoliberais.

O problema não acaba aí. Marta ainda criará 3 novas secretarias e, conseqüentemente, 100 novos cargos de “confiança”, com salários de R\$ 2,8 mil a R\$ 3,5 mil. Isso porque a prefeita havia prometido em janeiro cortar 30% dos cargos comissionados.

Para completar este quadro, a secretaria de Administração pretende criar cursos de capacitação profissional para o funcionalismo, pois entende que ele “tem potencial” mas está “desmotivado”. Ou seja, o governo do PT descaradamente assume a concepção neoliberal de que o problema da atuação do trabalhador não está nas condições de trabalho e no salário, mas na falta de motivação.

Como dizíamos, a demagogia eleitoral de Marta cairia nos primeiros minutos de governo. E que o governo do PT é de sustentação do capitalismo em crise.

Professores desempregados ou subempregados

A reforma educacional pró-imperialista continua fechando escolas, cursos e superlotando salas de aula. Em São Paulo, são milhares de professores sem aula ou com um pinga que não dá para sobreviver. Aumentou a superexploração do trabalho. O professor foram obrigados a assumir mais de três escolas, sem sequer completar a jornada mínima de 20 aulas. As salas abarrotadas de alunos, no ensino médio, chegam a mais de 50, o que impossibilita qualquer trabalho. Sem dizer, que uma parte foi empurrada para dar aula nas tele-salas. Estas com número acima de 50, com uma única televisão (quando funciona) e com o conteúdo pré-fabricado pelo governo ou agências contratadas. Um verdadeiro massacre para o aluno e professor. O salário permanece os R\$5,08 por hora-aula (60 minutos). Para os desempregados, restou o sub-emprego (ser eventual), ou seja, ficar na escola esperando que um professor falte para ganhar pouco mais de quatro reais. Não tem nenhum vínculo

empregatício, só ganha a hora que trabalha. Uma verdadeira escravidão. Certamente, uma boa parcela de nossa classe terá de trabalhar nessas condições.

Enquanto isso ocorre, a burocracia sindical se empenha no carnaval

Nos locais de atribuição de aulas formavam filas de professores desempregados. A burocracia da Apeoesp orientava para as ações judiciais contra as salas superlotadas ou contra os prejuízos individuais. Porém, na última semana de fevereiro, enviou um boletim para as subseções para comunicar que adquiriu "200 fantasias" para os professores desfilarem na escola de samba Leandro de Itaquera. E dizia que era uma ação conjunta com a CUT, que também organizou um bloco paradesfilar no centro de São Paulo.

Ao invés de organizar a luta contra o desemprego e o congelamento salarial, os burocratas vendidos querem que os

professores se vistam de palhaços no carnaval. Utilizam o sindicato e esbanjam o dinheiro dos associados com festividades, que nada tem a ver com a função dos organismos dos trabalhadores.

Os professores conscientes devem rechaçar a conduta da burocracia e exigir que o sindicato e a CUT estejam unicamente a serviço da luta.

Exijamos a convocação de assembléia geral

As escolas devem reivindicar que a diretoria da Apeoesp convoque a assembléia geral para que os professores possam decidir os rumos do movimento. Chega da diretoria decidir sozinha! Sua política é de conciliação com o governo, pois nada faz contra a destruição da escola pública, do emprego e do salário. Chega de enrolar com os festejos e outras benesses! Exijamos a luta consequente para derrotar a ofensiva da reforma privatista.

Funcionários de Escola São Paulo

É Necessária a Luta Por Salário

O governo Covas procurou acalmar os trabalhadores da educação e contou com a ajuda da diretoria do sindicato fazendo a proposta de incorporar as gratificações no salário base. O governo sabia que essa era uma reivindicação antiga da classe. Fez a proposta em abril de 2000 no processo de mobilização dos trabalhadores em educação, e no meio a greve do funcionalismo.

Evitou que a parte mais explorada da educação (onde os salários pagos são de 300 reais), entrassem em greve contra o governo.

Somente depois de enrolar nove meses pagou a incorporação das gratificações, em janeiro de 2001. Pagou os atrasados (plano de carreira) é verdade, porém não deu para cobrir os vários aumentos que tiveram os alimentos, o gás de cozinha, a luz, a água. Para o governo não significou diferença na folha de pagamen-

to, para os funcionários das escolas não significou melhorias salariais.

O governo já disse que neste ano não dará nenhum aumento para o funcionalismo, esta é a política de arrocho salarial aplicada há 6 anos. Este responde à necessidade de manter os acordos firmados com o Banco Mundial (redução dos gastos públicos), o ponto de partida é a redução dos salários, depois a diminuição do número de funcionários das escolas, com a municipalização, as demissões voluntárias etc. Neste ano, o governo está jogando tudo nas parcerias e no trabalho voluntário.

Plano de Carreira

A burocracia sindical tanto falou, pressionou deputados, tanto negociou (amigavelmente é claro) sobre o plano de carreira, iludiu os trabalhadores que o plano de carreira poderia ser um au-

mento real. O problema é que o plano de carreira é só isso aí mesmo, uma migalha, pois a Incorporação das Gratificações no salário base, sem reajuste salarial não trouxe mudanças. Porém, para a burocracia que dirige nosso sindicato, é uma vitória. Afinal, para estes, depois de tantos anos, temos uma "carreira".

A Corrente Proletária na Educação sempre questionou esse plano, mostrou que a diretoria traia os trabalhadores, aceitando negociar as migalhas propostas pelo governo, e a burocracia nunca discordou que era pouco, mas para ela basta um "pouco com Deus é muito" uma boa desculpa para não lutar e colaborar com o governo no propósito de manter-se atrelado ao FMI.

Para essa diretoria que vive bem, com privilégios pagos pela categoria, nós já conquistamos muito. Agora só temos que desfrutar da colônia de férias,

dos médicos do convênio etc.

Desde as negociações com o governo sobre o plano de carreira para o quadro do QAE, a diretoria do sindicato vem dividindo nossa categoria.

Agora está negociando com a Secretaria da Educação o QSE. Lógico que deixa o governo dirigir tudo, os assessores da Secretaria acenam para incorporar as

gratificações específicas do quadro, logo a diretoria do sindicato acha ótimo. Mas esperará até abril para a próxima reunião com a Secretária da Educação, que está nos Estados Unidos.

Esta diretoria que está no sindicato não consegue nem mesmo responder às reivindicações mais simples da classe, não consegue ter uma política indepen-

dente do governo, está sempre conciliando. É o nosso pior obstáculo.

Quando um sindicato tem uma diretoria que prefere rebaixar as reivindicações para resolver os problemas do governo, ela não serve mais para a classe. Existe a necessidade de mudá-la e formar uma nova baseada no programa de luta de classes.

“A alfabetização dos números”

Vários programas do Estado, ONGs e/ou de instituições de Ensino Superior propõem acabar com uma das graves sequelas sociais do capitalismo putrefato no Brasil, que é o analfabetismo.

A alfabetização solidária, como é conhecido o Programa de Alfabetização do governo federal, alicerça-se sob cinco vertentes: mobilização nacional (consiste em apelar à classe média ao voluntarismo); projeto piloto (matrões do nordeste, camponeses esfomeados que agora a prioridade será ler e escrever seu nome, só isso); busca de incentivos e parcerias (esse não precisamos nem comentar); avaliação segundo próprio governo, programas sociais sem avaliação, sem continuidade, sem discussão... não são sérios, nem eficazes) e, por fim, o programa visa mobilizar a juventude (sabido que é a faixa etária mais atingida pelo desemprego, o governo tenta ludibriá-los. Pois sabemos também que o maior índice de analfabetismo, sobretudo no Nordeste, é entre os jovens).

Segundo dados do governo federal, as taxas de analfabetismo vem declinando nos últimos anos (graças à ação solidária) entre os jovens, especialmente entre os de 15 a 17 anos que no Nordeste tem 26,1%; o norte 15,2%; o centro-oeste contabiliza 6,4%; sudeste 4,6% e o sul com 3,7%. E que antes o número era três vezes maior.

Num artigo intitulado: “Analfabetismo atinge 13,3% dos brasileiros” (publicado em 10/9/2000, Estado de SP), mostra que a taxa anual de analfabetismo no Nordeste é de 18,4% e no Sul do Brasil, 7,1%. Esse disparate evidencia como é grosseira as desigualdades regionais no país até mesmo nas desgraças so-

ciais.

Segundo o representante da UNESCO no Brasil, Jorge Wertheim, “É preciso um esforço adicional para sanar uma defasagem que é histórica (e nós bem sabemos porque ela é histórica), mas que o Brasil está melhorando”. Continua o burocrata: “A defasagem que é tão grande que é difícil de resolver o problema em curto prazo”. O burocrata e os ideólogos da burguesia sabem melhor que ninguém o tamanho do buraco educacional criado por seu sistema e que dificilmente poderá ser sanado, nos limites do seu sistema de mais exploração, consequenciando mais desgraças sociais.

No final do ano passado, o MEC destinou 480 milhões para programas de alfabetização, o fundo seria para dois anos. O objetivo é ampliar o número de salas de aula nos 14 estados com o pior índice de analfabetismo. Roberto Jamil Cury, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), diz que esse “fundo é insuficiente” e argumenta que a fonte de financiamento das turmas de alfabetização e supletivo deveria ser a mesma que a do ensino fundamental. Propõe ampliar o Fundef para que incluísse os programas de alfabetização de jovens e adultos e não apenas os das crianças de 7 a 14 anos, como ocorre hoje.

Diante de todos esses fatos e dados, percebemos que pior que o próprio analfabetismo (que é do próprio capitalismo em crise) é essa jogatina do governo e das instituições internacionais que mascaram e anestesiaram com a sustentação desses programas ridículos que de nada adianta quando se objetivasse por um fim nessa aberração social, que é o analfabetismo. A “Alfabetização Solidária” com seu lema “adote um analfabeto”

mobiliza e desvia a atenção da sociedade para alternativas de que é possível acabar com o analfabetismo pela via da educação juntamente com a solidariedade das massas. Com isso arrasta vários programas e ONGs que também se contentam em acreditar e vêm saída do problema pela mesma via.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) de SP oficializou publicamente seu programa de alfabetização de adultos com assessoria pedagógica do instituto Paulo Freire (IPF) em março de 1999. Inicialmente, o programa contou com 100 turmas de aula em todo o Estado, beneficiando cerca de 3000 educandos. O curso teria 2 anos de duração, depois por motivo de corte de verbas reduziu o prazo para 1050 horas num período de um ano e sete meses e, por fim, a direção do SENAC resolveu encerrar o programa e fechar todas as salas por falta de verbas. O desaso vai desde a falta de compromisso com os mais de 100 profissionais envolvidos que serão demitidos da empresa no dia 30 de março próximo até a quebra da propaganda (enganosa) de que todos esses educandos sairiam com um certificado de 4ª série. No entanto, mais da metade está ainda no meio do processo pedagógico (proposto).

Isso bem mostra que se a classe operária e camponesa desejarem apagar essa mancha, que é o analfabetismo, criada pelo capitalismo, terá de ter como tarefa primeira acabar com a indústria do analfabetismo. Tal tarefa realizar-se-á se a classe proletária tomar o controle do Estado em suas mãos.

Pelo fim de todas as sequelas sociais do capitalismo!

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

USP: Contra a enganação das “festas” de ingresso na universidade,

Calouro: Junte-se ao Movimento Estudantil

A recepção dos calouros da USP de 2001 está caracterizada pelos “ursinhos de pelúcia” da reitoria, e pelo caráter festivo, acrílico e despolitizado dado pela direção do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Com a universidade passando por uma grave crise, com cursos inviabilizados pela falta de professores e estrutura, num ano de eleição do novo reitor e de vários diretores de unidade, com os jornais estampando em suas capas a determinação do Fundo Monetário Internacional (FMI) de instituir a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, a poucas semanas do IV Congresso da USP, o DCE envia uma carta aos bichos falando das maravilhas da universidade e recomendando-lhes, a mando da reitoria, que não bebam bebidas alcoólicas. E realiza uma atividade conjunta de todos os cursos sustentada financeiramente e sob as determinações da reitoria. Não é à toa que a carta enviada aos calouros não tinha nenhuma crítica à reitoria ou ao governo... afinal, são eles que estão pagando as contas da “festa”.

A recepção dos calouros deveria ser um momento privilegiado para, sem as pressões do cotidiano escolar, chamar os estudantes a se juntarem ao movimento estudantil, para defenderem seus cursos, a universidade pública e gratuita e

lutarem por suas reivindicações. Denunciar e alertar os novos alunos para os problemas que enfrentamos. Mostrar que não existe democracia na universidade e que ela é dirigida por uma burocracia autoritária, que nada mais é que uma marionete do governo e do poder econômico. Estimular a ação dos estudantes em conjunto com os outros setores da universidade (professores e funcionários) e, principalmente, com os movimentos sociais, principalmente o do proletariado. Reforçar a independência do movimento estudantil (política, econômica e organizativa), e sua democracia, condições para alcançar a vitória com a mobilização geral.

No entanto, a diretoria do DCE (gestão “Gota D’Água”) elaborou um projeto de calourada que mais parece uma paródia do livro “Alice no País das Maravilhas”. Por esse projeto, a universidade não tem problemas, e seu papel é ajudar a melhorar a sociedade. A reitoria adorou, mas ainda conseguiu mais: impôs a captação de recursos privados, a total submissão do DCE em cada passo da calourada à Prefeitura do Campus e até a não venda de bebidas alcoólicas.

É claro que não podemos aceitar nenhuma ingerência da reitoria que administra o sucateamento e privatização do

ensino e pesquisa universitários em nossa calourada, por isso repudiamos a proibição da cerveja. Mas essa questão só está em pauta por causa do próprio caráter dado pelo DCE à calourada, um caráter festivo. Dentro da “festa”, discute-se a possibilidade ou não da cerveja. Se a calourada fosse politizada e tivesse como centro o chamado aos estudantes para ingressarem no movimento estudantil, então a discussão seria outra.

Perguntamos: se a reitoria deixasse livre a venda da cerveja, então tudo estaria bem? É claro que não!!! O problema não se resume a isso, mas ao caráter da calourada e à independência do movimento estudantil.

Chamamos os estudantes a se juntarem ao movimento estudantil e a defendê-lo independente, crítico, atuante, revolucionário. Para isso, é preciso uma direção que se construa sobre princípios, sobre um programa revolucionário, oposto às idéias conciliadoras com a reitoria, a burocracia universitária, o governo e os capitalistas.

Participe da luta em defesa do ensino público e gratuito para todos, laico, único e vinculado à produção social! Conheça as propostas da Corrente Proletária Estudantil, juventude do Partido Operário Revolucionário e se junte a nós!

Greve dos professores da UERN

A Corrente Proletária na Educação, para impulsionar a greve, defende a unidade com outros setores, bem como o método da ação direta, ocupações, manifestações de rua, bloqueios. Para derrotar a ofensiva dos governos, que cortam recursos do ensino público, é preciso enfrentar com muita luta.

Neste sentido, apresentamos a categoria as propostas:

Reposição das perdas salariais de março/94 a abril de 2000: 216%, incluindo o adicional de incentivo a docência aos nossos salários.

Reconhecimento imediato pelo MEC/CAPES dos programas de pós-graduação da UERN.

Comando de greve e assembleias unificadas com estudantes e funcionários.

Buscar a união com o SINTE, a saúde, comércio e petroleiros no movimento de greve.

Escolher um comando de greve da categoria em assembleia

Fim do proformação: abertura de vagas para os professores do Estado frequentarem cursos regulares na UERN. Abaixo a LDB que determina prazo para os professores terminarem curso superior.

Concurso público para professor. Imediata cessação dos contratos de professores provisórios.

Exigir da CUT e da ANDES a convocação da greve de todos os trabalhadores e docentes universitários, respectivamente.

Voto igualitário entre estudantes, professores e funcionários nas eleições

para Reitor. Fim da lista sextúpla.

Financiamento das universidades pelo estado. Mais verbas para a UERN. Fim da avaliação que pune com fechamento, marginalização social e financeira além da perda de seu status de universidade.

Estatização de todo sistema de ensino, sob controle dos trabalhadores

Pelo ensino enraizado na produção social

Programação de greve: quarta (piquete no portão da UERN); quinta (passeata e manifestação em frente a um prédio público do Estado); sexta (discussão com todas as correntes internas ao sindicato sobre a “tática e perspectivas da greve”).

CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO/OPOSIÇÃO

Operários lutam para não perder o teto

Desde setembro de 2000, 2800 moradores da Vila Nova Real (Zona Norte de S.P) lutam para não perderem suas moradias. A ocupação, que iniciou há 9 anos, numa área particular, sempre desejou que fosse legalizada pela prefeitura municipal de SP (PMSP), mas não aconteceu. O que houve por parte da PMSP foi um auto de interdição datado de 2/10/2000, determinando a desocupação da área ou seriam escorraçados pela polícia. A alternativa da PMSP é que todos seriam transferidos provisoriamente para alojamentos, de madeira, da prefeitura.

Os moradores receberam tal intimidação com muita indignação e organizaram uma passeata com manifestação de protesto em frente à sede da prefeitura. Cerca de 250 moradores levantaram faixas e cartazes repudiando a atitude de Celso Pitta (prefeito). Na ocasião, reivindicavam a legalização urgente da área e nada de alojamentos "barateiros".

Hoje, as negociações são tentadas com a administração do PT, mas estão

paralisadas.

Toda luta dos operários é legítima, do ponto de vista da sua própria organização. Devemos lembrar aos operários que é correta a luta pela moradia. O que não quer dizer que a situação de miséria e sofrimento dos trabalhadores seja solucionada por ter alcançado uma moradia. O fato de cada dia os operários serem mais empurrados para a periferia expõe a exploração dos patrões (dos burgueses), que nunca darão o direito aos operários de possuírem uma moradia sadia com saneamento e toda infraestrutura elementar. E que não falte o pão na mesa, escola e saúde.

O mais grave é que a burguesia põe uma venda sobre os olhos dos oprimidos para que estes não vejam a causa de sua miséria e não lutem pelo fim da opressão e da exploração de classe.

Contra a perda da moradia, devemos organizar todo o bairro para enfrentar a ameaça de despejo e exigir da prefeitura do PT que legalize imediatamente nossa situação.

Devemos formar um comitê para organizar o movimento de toda a população. É bom que convoquemos uma assembléia popular onde todos dêem suas opiniões de como melhor reagir às ameaças de despejo. E também discutir o porquê de tanta pobreza e como combater os exploradores, que fazem dos trabalhadores escravos de suas fábricas, comércio e terras. Sabemos que é importante aos operários compreenderem a necessidade de ter um partido próprio, oposto a todos os partidos patronais que mandam no país. Assim, defendemos que em todos os movimentos coloquemos a tarefa de construir o partido operário revolucionário.

Sabendo da ameaça de perda das moradias de Vila Nova Real, o Partido Operário Revolucionário vem junto à população defender o direito dos trabalhadores e seus filhos terem um teto para se abrigarem.

Não ao despejo dos moradores de Vila Nova Real!

Legalização imediata das moradias!

Judiciários-SP: lutar para repor as perdas

O avanço da crise mundial do capitalismo obriga a burguesia e seus governos de plantão a aprofundarem cada vez mais os ataques às condições de vida da classe operária e demais explorados.

Conquistas trabalhistas como a aposentadoria, o FGTS, Férias remuneradas, Licença gestante, licença paternidade, descanso semanal remunerado, 13º salário, assistência social, etc, estão sendo eliminadas uma a uma pelo governo de FHC através das reformas constitucionais em curso. No caso do funcionalismo público, os ataques se materializam através da reforma administrativa, cujo eixo principal é a quebra da estabilidade dos servidores, que deixará o governo de mãos livres para demitir em massa. As privatizações, a destruição da saúde, da educação e da previdência pública são medidas que completam esse quadro e todas têm o mesmo objetivo, ou seja, despejar nas costas dos trabalhadores todo o peso da crise do sistema capitalista.

Em contrapartida, a classe operária e todos os setores explorados têm demonstrado uma grande disposição para lutar

contra estes ataques, mas encontram em suas direções sindicais burocratizadas e corrompidas um verdadeiro entrave. Essas direções funcionam como freio dos movimentos, dividindo-os, isolando-os, e por fim, levando os trabalhadores à derrota.

Foi precisamente o que aconteceu com a categoria do judiciário de São Paulo, que em meados do ano passado tentou se levantar em luta contra os Salários defasados, as péssimas condições de trabalho, a sobrecarga de serviço etc. Os trabalhadores não conseguiram transformar seu descontentamento em ação (greve), porque foram barrados pela política de 'negociação' implementada pelas associações que dirigiram o movimento. Basta ver que, enquanto outras categorias do funcionalismo (professores estaduais, saúde, universidades etc), estavam paradas, enfrentando a repressão e a polícia de Covas, os judiciários se deixavam levar pela proposta ilusória de que seria possível 'negociar' alguma reposição salarial com a cúpula do TJ sem ter que fazer a greve, o que levou a categoria a quebrar a unidade do funcionalismo. Unidade

esta indispensável para barrar os ataques e quebrar o arrocho salarial imposto pelo governo. De forma que os trabalhadores do judiciário tiveram que aceitar um abono miserável, que não refrescou em nada a situação e encerrar o movimento sem alcançar nenhuma de suas reivindicações.

Portanto, para os judiciários estaduais de São Paulo está colocada a necessidade de retomar a luta, com reuniões e assembléias regionais em todo o estado, preparar a assembléia geral da categoria e desenvolver uma vigorosa campanha salarial em 2001. Além disso, é preciso assimilar as experiências do movimento anterior, principalmente a de que não é possível arrancar do TJ/governo a reposição salarial necessária, sem a unidade com o restante do funcionalismo, bem como sem a utilização do método da ação direta (greves, manifestações, ocupações, etc.).

Pela assembléia geral dos judiciários!

Pela unidade com o funcionalismo!

Pelo fim do arrocho salarial!

Abaixo o governo de fome e miséria de Covas/FHC!

Algumas colocações de Augusto Bebel sobre a mulher

Lenin, comentando sobre Bebel, em 1908, disse: "Bebel é uma autoridade tão preponderante no movimento internacional do Proletariado, um líder socialista que sente com muita precisão as exigências da luta, que em 99 por cento dos casos encontra por si mesmo o caminho para sair do pântano quando dá um passo em falso". Referindo-se a obra fundamental de Bebel ("A Mulher"), Lenin dizia a Clara Zetkin, em 1920: "O que interessa dessas questões aos operários faz muito tempo que eles têm lido em Bebel".

Augusto Bebel (1840-1913), de origem proletária, se tornou um líder socialista graças à influência de Guilherme Liebknecht. Juntos foram fundadores do Partido Operário Socialdemocrata Alemão. Teve atuação destacada na origem da II Internacional. Defensores da Comuna de Paris (1871), no momento em que a burguesia alemã se unia à burguesia francesa, para caluniar o movimento revolucionário, o qual Thiers não pôde vencer sem a ajuda de Bismarck, esses socialistas alemães tomaram a defesa do movimento revolucionário de Paris. Dizia Bebel sobre a revolução proletária: "A comuna não é mais do que um escaramuça radical, se comparada à explosão revolucionária que incendiará a Europa e libertará a humanidade da opressão capitalista".

Bebel escreveu "A Mulher" mostrando que a opressão sobre a mulher é histórica, mas que o capitalismo só fez avançar. E que a libertação definitiva depende da instauração de uma nova sociedade, a socialista.

Na décima edição alemã de seu livro "A Mulher" (1883), inicia dizendo: "Nas últimas décadas da evolução humana, temos visto produzir em todas as camadas sociais um movimento, uma agitação das idéias, a cada dia mais intensa. Colocaram uma grande quantidade de questões sobre cuja solução se discute em acalorada controvérsia, e a chamada Questão da Mulher merece, sem dúvida, contar-se entre as mais importantes.

"Que lugar corresponde à mulher em nosso organismo social, para que chegue a ser na sociedade humana um membro revestido da plenitude de direito, facultado para desenvolver toda sua atividade, e dono de cultivar por inteiro e em todas as direções suas forças e aptidões? Problema

é esse que se confunde com o do saber qual é a forma, que organização essencial deverá receber a sociedade humana para substituir a opressão, a exploração, a necessidade e a miséria em suas mil manifestações, e pôr em seu lugar uma humanidade livre, uma sociedade totalmente sã, tanto físico como moral. O que se chama de questão social da mulher, não constitui senão um dos aspectos da questão social geral que agita as idéias e todos os corações, e aquele problema não pode ter solução definitiva enquanto este não tenha".

No primeiro capítulo de seu livro, "A mulher no passado", diz que a mulher e o trabalhador têm comum que são seres oprimidos desde tempos imemoráveis. Afirma que "Apesar das modificações que tem sofrido essa opressão na forma, tem se mantido invariavelmente. Da mesma forma, a mulher e o trabalhador raramente ao longo da História têm consciência clara de sua servidão, e menos ainda a primeira, porque estava colocada muito abaixo do operário, porque tem sido e é ainda considerada e tratada por este como um ser inferior (...). De tal modo se tem habituado a mulher a considerar como natural esse estado de inferioridade, que custa persuadi-la do indigno de sua posição presente e de que deve aspirar a ser na sociedade um membro investido de iguais direitos que o homem, igual em todos os conceitos".

O socialista mostra que toda opressão tem por ponto de partida a dependência econômica em que o oprimido se encontra em relação ao opressor, é a situação em que se encontrava a mulher.

Na parte final, "A mulher no futuro", conclui dizendo "A mulher, na nova sociedade, gozará de completa independência, não estará submetida a um estado semelhante de dominação ou exploração e será colocada frente ao homem em pé de liberdade e igualdade absoluta".

"Sua educação será a mesma que a do homem, exceto nos casos em que a diferença de sexos seja inevitável, com exceção dessa regra que exigirá um método particular de desenvolvimento; e colocará, em condições de existência verdadeiramente de acordo com a Natureza, satisfazer suas inclinações morais e desenvolver suas aptidões físicas; será livre para escolher, a fim de exercitar sua atividade, o terreno que mais lhe agrade, segundo suas inclinações

e disposições. Colocada nas mesmas condições que a do homem será tão ativa como ele, e empregada como operária em qualquer trabalho prático, dedicará depois seus cuidados à educação e instrução da juventude, reservando a terceira parte do dia ao cultivo da arte ou uma ciência qualquer, acabando sua jornada de trabalho cumprindo alguma função administrativa. Depois distrairá e descansará em lazeres sociais com suas companheiras ou com os homens...".

Termina apontando a luta revolucionária no final do século XIX. "Em todas as partes são atacadas as bases da ordem social, se dirigem rudes golpes aos cimentos da velha sociedade, as idéias revolucionárias invadem os centros conservadores (...). Operários e intelectuais, camponeses e artistas, em uma palavra, homens de todas as condições se unem aos trabalhadores que formam o grosso do exército que imporá a última batalha, e outros se sustentam e completam".

"A mulher também se vê compelida a não ficar atrás na luta em que se combaterá pela sua própria liberdade e emancipação. A ela o toca demonstrar que compreendeu qual era o seu verdadeiro posto nas fermentações e lutas do presente, na perspectiva de um futuro melhor, e que se encontra resoluta em tomar parte delas; e ao homem, a mantém na luta e a ajudará a despojar-se das daninhas preocupações (...). Certo que não podemos precisar nem a duração nem o caráter de cada período evolutivo, assim como não temos menor certeza sobre a duração de nossa existência, e também, pelo mesmo, não devemos renunciar a esperança de suceder nosso triunfo".

Os socialistas científicos, desde a origem, responderam à opressão da mulher. Diferentemente das explicações e soluções paliativas, mostraram que a emancipação da mulher é obra da revolução social, da qual a mulher fará parte. A opressão da mulher é fruto da sociedade de classe. O capitalismo destruiu os modos de produção anteriores, mas não pôde pôr fim à opressão, por ser mais uma sociedade de classe. O que significa que o fim da opressão depende da destruição das sociedades de classe e da instauração de um modo de produção superior, uma sociedade sem classes, o comunismo.

História do Movimento Operário no Brasil

PARTE IV: A INFLUÊNCIA MARXISTA NO SINDICALISMO

O que é o Marxismo?

A partir da década de 20 o sindicalismo brasileiro passa a receber influência da tendência marxista. O marxismo consiste num conjunto de idéias e princípios políticos formulados por Karl Marx e Friedrich Engels no final do século XIX, o qual denominamos de “socialismo científico”. É científico porque não apenas critica o capitalismo, mas prova que nele há exploração dos trabalhadores pelos patrões (teoria da mais-valia). É científico, ainda, porque defende uma concepção materialista da história: a causa da exploração está nas relações que os homens estabelecem entre si ao produzirem os bens necessários a sua sobrevivência.

Antes do marxismo surgir, outros teóricos, como os socialistas utópicos, criticavam os patrões por explorarem os trabalhadores, mas não sabiam como ocorria essa exploração. Marx explicou que ela ocorria, à medida que os proletários não recebiam todo o valor do trabalho realizado, sendo assim existia um trabalho não pago, que era roubado do empregado pelo patrão. Os socialistas utópicos defendiam a existência de uma sociedade igualitária, mas não provavam cientificamente a possibilidade dela ocorrer. Marx explicou que a desigualdade social é fruto da existência de classes sociais. No capitalismo há capitalistas (donos dos meios de produção: instrumentos de trabalho, máquinas, terra etc.) e proletários (donos somente de sua força de trabalho: capacidade física e mental de realizar trabalho). Explicou que os capitalistas, por serem donos dos meios de produção controlam a produção, decidem como, onde e o que vão produzir e aos proletários só resta, se quiserem sobreviver, trabalharem para os capitalistas. Neste sentido, para haver uma sociedade igualitária (comunista) é preciso acabar com as classes sociais, ou seja, os operários, que são explorados e oprimidos, precisam lutar contra os capitalistas, que são seus opressores. Daí a luta de classes, pois o interesse dos patrões é o lucro cada vez maior e constante e o interesse dos empregados é não serem explorados. São interesses distintos, antagôni-

cos, jamais conciliáveis.

Além de se diferenciar dos socialistas utópicos, o marxismo se diferencia também do anarquismo, que influenciou o movimento operário no Brasil, sobretudo até a década de 20. O marxismo defende que a extinção das classes sociais se dará por meio de uma revolução social. E que após a revolução, como os burgueses vão querer retomar seu poder sobre os meios de produção, será necessário contê-los através de um Estado Operário que imponha a ditadura do proletariado. Os anarquistas criticam isso, pois acham que qualquer forma de Estado é opressora. Os marxistas entendem que opressor é o Estado Burguês, que é um agente da burguesia, pois suas leis e seu aparato repressivo garantem os interesses dos capitalistas contra os trabalhadores. O Estado Operário não pratica a opressão social, ao acabar com a minoria exploradora acaba também com a opressão, porque elimina as classes sociais e implanta medidas coletivistas, tipicamente proletárias. A ditadura do proletariado é a democracia proletária.

A influência da Revolução Russa no movimento operário mundial

A concepção marxista contribuiu decisivamente com o maior acontecimento da história da humanidade: a Revolução Russa, de 1917. Pela primeira vez as massas oprimidas (operários e camponeses), conscientemente, destruíram o capitalismo, expropriando a burguesia e os latifundiários, e começaram a construir o Estado Operário e a sociedade igualitária. Tratou-se de um exemplo real, vivo, da possibilidade do proletariado triunfar, de emancipar-se, de ser a classe dominante. Os patrões do mundo todo começaram a temer que esse exemplo se repetisse em seus países.

A influência da Revolução Russa no movimento operário brasileiro

No Brasil, a Greve Geral de 1917 já havia mostrado que as idéias anarquistas não permitiam ao proletariado se im-

por ante a burguesia (detentora dos meios de produção). Esse acontecimento, juntamente com a eclosão da Revolução Russa, permitiu que a tendência marxista se tornasse conhecida e penetrasse no movimento operário brasileiro. Para tanto, era preciso que os operários marxistas se organizassem de forma autônoma, independente da burguesia, isto é, formassem seu próprio partido. Daí a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922.

O PCB nasceu devido ao crescimento do marxismo no movimento operário mundial, que tinha a Revolução Russa como referência. Movimento este chamado de III Internacional Comunista. No entanto, a medida que no Estado Operário Russo (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) desde 1922 e na III Internacional (a partir de aproximadamente 1924) começa a prevalecer a política stalinista este partido se deturpa e sua influência no movimento operário brasileiro passa a ser nefasta. Isso porque a essência das idéias stalinistas eram antileninistas e antimarxistas e se baseavam a) no socialismo num só país (achavam possível construir o socialismo independentemente da economia mundial); b) na revolução por etapas (primeiro era necessário nos países atrasados uma revolução democrática pela burguesia, que deveria ser apoiada para depois se fazer a revolução socialista); c) na coexistência pacífica (acreditavam que, se não insuflassem as massas dos países capitalistas, o imperialismo deixaria a URSS percorrer seu caminho sem intervenções).

Esta deturpação das idéias marxistas desde o início da formação do PCB, que influenciava o movimento operário, não permitiu que ele conseguisse combater o sindicalismo “amarelo”, que defendia os interesses dos patrões. Ou seja, uma das formas que os capitalistas brasileiros encontraram que combater o crescimento das idéias revolucionárias dos operários foi incentivar com o apoio do Estado um sindicato de conciliação de classes: o sindicalismo “amarelo” (“amarelo” em oposição ao preto dos anarquistas e vermelho dos comunistas). Ele defendia reivindicações reformistas, em que não se visava a destruição do capitalismo, mas conseguir, através do parlamento bur-

guês, algumas migalhas para os trabalhadores. Isso quer dizer que as medidas legais (legislação trabalhista) eram utilizadas para que não houvesse conflitos de classe, para que os trabalhadores não usassem o método da ação direta, que é próprio dos trabalhadores (greves, ocupações, bloqueios, manifestações de rua etc.). Até mesmo a interferência da polícia (órgão de repressão do Estado burguês) existia nestes sindicatos, ela

começará a influenciar nos setores de transportes marítimos e terrestres, serviços e funcionalismo estatal, a partir de 1923. Os patrões entendiam que esses setores eram estratégicos para a desmobilização de uma greve geral.

Assim, se o sindicalismo “amarelo” tinha o objetivo de amortizar as lutas do movimento operário, perpetuando a dominação de classe, o sindicalismo de influência stalinista não pôde combatê-lo e

mais tarde ainda se identificou com o mesmo. O sindicalismo stalinista se afastou das massas operárias, por orientação do PCB, formando uma camada de dirigentes burocratas. Ou seja, sem a influência tipicamente marxista, o movimento operário brasileiro não logrou o caráter classista e revolucionário neste período. Isso facilitou, posteriormente, sua burocratização e controle do Estado burguês (influência dos patrões).

Balanço da IV Conferência e Escola de Quadros Internacional

Reproduzimos a seguir o balanço dos companheiros argentinos sobre nossa IV Conferência e a Escola de Quadros Internacional.

A Conferência do POR do Brasil. Um Grande Avanço na Elaboração do Programa da Revolução no Brasil como Parte da revolução Socialista Mundial

O debate sobre as teses Agrárias ocupou o centro dos debates na Conferência realizada no mês de janeiro em São Paulo. Pôs em relevo a importância desta questão que mostra a combinação dos traços mais atrasados da economia com a última tecnologia aplicada nas exportações agropecuárias da Região Sul.

A resolução se diferencia absolutamente das posições reformistas do MST e das correntes que se reclamam de esquerda e coloca a expropriação sem indenização dos latifúndios, a nacionalização das terras no marco da revolução agrária, sob a estratégia da ditadura do proletariado.

As teses colocam suas diferenças com os reformistas sobre sua política de “acumulação de força”, de “pressão” sobre o governo, que não resolve o problema histórico da posse da terra e da superação do atraso.

Um dos aspectos mais estudados e debatidos foi sobre a origem da posse da terra e o entrelaçamento da oligarquia latifundiária com a burguesia industrial, com o capital financeiro, estando desde suas origens presente no Estado. A conclusão: não se pode atacar somente o latifúndio, deve-se golpear todos os setores da burguesia e o imperialismo, para poder terminar com ela.

Os métodos para impor a revolução agrária são os da ação direta das massas

em todas as suas formas. O parlamentarismo, a conciliação, a acumulação de força não resolveram nem resolverão o problema. A burguesia não pôde resolver em seu ascenso esta questão democrática e nacional que era essencial para potenciar-se como classe, agora jamais poderá fazê-lo. Esta tarefa agora só poderá ser resolvida com o proletariado no poder.

A questão agrária está indissoluvelmente ligada à tática da Frente Única Antiimperialista que deve ser materializada para poder realizar uma verdadeira revolução social e impor um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado, sem tal aliança não haverá revolução social. Ao mesmo tempo, para que a classe operária possa jogar seu papel de direção nacional é imprescindível que ponha em pé o seu Partido, que expresse sua estratégia revolucionária.

As teses agrárias revelam o grande avanço programático que significa conhecer e assimilar a realidade que se é necessário transformar com a ajuda do marxismo.

O balanço organizativo foi uma grata verificação para os assistentes das outras seções do CERQUI, ao comprovar a homogeneidade política que expressavam os delegados que interviam na Conferência com posições altamente politizadas. E mais, revelavam em seus informes as lutas que estavam travando e como, pouco a pouco, embrionariamente ainda, se vão convertendo em uma corrente que tem influência na luta de classes, dando um batalha sem quartel aos reformistas e os revisionistas.

As regionais se potenciam estudando o

marxismo, assimilando o programa partidário, na luta por se converterem em expressão consciente do proletário brasileiro.

A Escola de Quadros Quartointernacionalistas

Dando continuidade a atividade iniciada no ano anterior na Argentina, realizou-se a Escola de Quadros no Brasil.

Refletiu um avanço no método da Escola, sem intervenções centrais, sem expositores, trabalhando em grupos os temas, estudando e debatendo os documentos previstos e fechando com uma plenária, na qual íamos diretamente aos pontos importantes, centralizando o debate.

Outro aspecto importante do debate foi que este girou sobre aspectos teóricos vinculados à luta político-programática prática como foram: a) as teses agrárias que foram aprovadas na conferência brasileira; b) as Resoluções do último Congresso do POR Boliviano, que ocorreu num dos momentos decisivos da luta de classe nesse país e com uma responsabilidade direta de nossa organização irmã e do CERQUI e c) sobre a história das internacionais para concluir sobre a necessidade urgente de se reconstruir a Quarta Internacional nas bases em que estamos trabalhando.

Com respeito a Bolívia o debate se centrou ao redor do tema central: que o POR se converta em direção física das massas, colocando-se a altura da derrota ideológica que a classe operária está impondo à burguesia.

(extraído do “Masas” argentino.º153 de 25 de janeiro de 2001)

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora iniciados no Massas n.º 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, responde o período da ditadura Garcia Meza (71) e o processo de abertura logo a seguir (77).

Este capítulo está inserido no segundo momento, onde o Partido tem se readaptar organizativamente para aproveitar todos os espaços que o regime abre para ampliar seu trabalho com as massas e principalmente a capacitação da nova militância.

Manual do Organizador Os Quadros Partidários (3ª. Parte)

Duas modificações devem ser introduzidas de forma imediata, no que se refere a capacitação da nova militância. Se, no passado no período de maior represen-

ção, não se podia conceber mais que a capacitação individual, que exigia um tempo mais ou menos prolongado, agora temos que passar à ousada capacitação de grandes camadas de novos efetivos e isto no menor tempo possível.

O perigo que atualmente existe está no extremo peso da organização no que se refere a capacitação de militantes, na organização dos simpatizantes etc., que nos leva a desperdiçar as excelentes condições que existem para realizar um bom trabalho, neste momento em que as massas retomam as lutas elas estão mais propensas a se interessar pelas idéias revolucionárias.

Em nenhum outro terreno como a capacitação de militantes se ergue tão potente a forma de trabalho do passado e que mediatiza todos os intentos renovadores que se façam. Toda a estrutura partidária e os hábitos herdados do passado estão viciados na concepção de que só é possível a captação individual de militante. Se isto não for modificado e de

forma rápida, pode ocorrer que uma avalanche massiva de militantes passem direto sem encontrar poderosas redes que a contenham ou até que tendam a inclusive destruir o Partido ao romper um engessado esquema celular.

O trabalho partidário atual deve ser rapidamente modificado para se acomodar a nova situação política, deve ter como coluna vertebral os quadros médios. As deficiências e virtudes deste trabalho são reflexo das deficiências e virtudes destes quadros.

A mudança dos métodos de trabalho organizativo se vê obstaculizada pela carência de quadros, ou melhor, por sua formação deficiente e defeituosa. A mudança de que falamos é inseparável do problema da formação dos quadros partidários. Se não se conta com quadros suficientes, não poderão ser feitas com êxito as modificações organizativas que exige a nova situação e muito menos passar para a capacitação massiva de militantes.

O novo governo ianque já diz a que veio

As eleições norte-americanas levaram de volta ao governo o conservador partido republicano. Apesar da maioria ter votado na continuidade do governo do partido de Clinton, a fração burguesa mais reacionária se impôs, utilizando até mesmo da fraude mais descarada. O que mostra que os acordos entre as frações burguesas é o que rege a democracia burguesa, que não consegue nem mesmo manter a fachada que lhe mascara seu conteúdo de ditadura de classe dos exploradores sobre os explorados.

A mudança de governo se dá no momento em que a recessão bate às portas da economia ianque e ameaça o mercado financeiro mundial. O novo governo, já na sua formação, mostra que veio para garantir os interesses da alta burguesia mundial a qualquer custo.

Manteve nomes ligados ao governo anterior em postos da política econômica. A política monetária não sai de controle do Banco Central, que se mantém nas mãos de Alan Greenspan. As grandes alterações são:

a) Colin Powell assume a chefia do governo, na Secretaria de Estado. O

ex-general que comandava as forças armadas ianques durante a Guerra do Golfo não é um negociador, é um estrategista militar. Sua linha deve ser a de jogar as bombas primeiro e negociar a rendição depois. Já está mostrando isso na prática no Oriente Médio. Sua ascensão é decorrente da necessidade imperialista de ampliar o controle sobre as semicolônias, produtoras de matérias-primas, que ganharam importância com a crise das novas tecnologias nas bolsas de valores. Aumenta a pressão armada sobre a América Latina (Colômbia) e o restante dos países atrasados.

b) A política econômica do novo governo imperialista é o benefício aos capitalistas atingidos com a recessão. Redução de impostos, a fim de lhes subsidiar o lucro. No final, as massas é que vão pagar com a redução de serviços sociais públicos e aumento da exploração do trabalho.

c) Em nível internacional, os EUA se preocupam diante do crescimento das relações de suas semicolônias na América Latina com a Europa, via Mercosul. Pretendem acelerar a implantação da

Alca. Já deixaram claras as suas intenções em recente documento aos países do cone sul: negociar rapidamente a abertura de seus mercados até 2003, o fim de subsídios a todos os setores produtivos, o aumento da superexploração do trabalho pelo fim dos direitos trabalhistas, o domínio ianque sobre as tecnologias, as patentes e o controle ambiental e, por fim, o adiamento de qualquer discussão que fira as leis norte-americanas de proteção aos seus capitalistas para rodadas de negociação posteriores a 2005. Em síntese: a Alca é a abertura das economias latino-americanas aos EUA (e não à Europa) e a preservação do protecionismo ianque sobre sua economia.

Está aí sinteticamente o retrato do novo governo ianque: é a expressão das tendências ao agravamento da opressão nacional e da crise mundial capitalista. Contra essas tendências, os trabalhadores precisam levantar a luta antiimperialista e anticapitalista para por fim ao sistema de exploração do trabalho e construir o socialismo, em que não haverá opressão nacional e social.

EUA bombardeiam Iraque e fazem exercícios militares conjuntos com Israel

O bombardeio de Bagdá pela aviação ianque e inglesa foi um sinal claro para todos os povos árabes da região. Antecedeu a viagem do novo Secretário de Estado norte-americano, Collin Powell, que percorreu a palestina e os países árabes.

Na Palestina, Powell discutiu com o novo governo israelense as condições a serem impostas aos palestinos para um acordo de paz. Assumiu a condição de negociador e foi à Autoridade Palestina levar a Arafat a exigência de que os palestinos têm de cessar quaisquer manifestações de rua e toda violência para negociar com o governo israelense o fim do cerco econômico e militar às áreas palestinas.

Desde o início dos conflitos, o governo de Israel tem proibido os palestinos de saírem de suas regiões e poderem tra-

balhar, e cortado quaisquer repasses de impostos à Autoridade Palestina. Essas medidas têm aumentado ainda mais a revolta palestina. A "tática" de Powell é a rendição palestina e sua submissão definitiva à opressão israelense.

A ida aos países árabes está ligada ao problema palestino. Uma das reivindicações árabes é a possibilidade da volta dos emigrados palestinos que vivem nos países vizinhos, o que Israel não aceita. E uma das tarefas de Powell é evitar que as nacionalidades árabes se unam contra Israel e EUA e se aliem a Saddam Hussein do Iraque. O temor é a perda de controle sobre a principal região produtora de petróleo mundial, diante do agravamento da crise capitalista.

Por isso, o bombardeio ao Iraque, na mesma semana de exercícios militares

conjuntos com Israel, é essencialmente um ato terrorista do imperialismo. É um aviso aos árabes de que o imperialismo está colocando a força militar acima de qualquer pressão comercial neste momento. E que não tolerará apoio dos vizinhos aos palestinos.

O fim da opressão sobre as nacionalidades árabes depende da luta antiimperialista e anticapitalista, que parte do armamento das massas e do levante contra a opressão externa para chegar à revolução proletária. A realização das bandeiras democráticas, incluindo o fim do Estado de Israel - enclave imperialista no Oriente Médio, depende da construção de uma direção e programa proletários, como seção do partido mundial da revolução socialista.

Burguesia israelense se une para reprimir duramente os palestinos

As eleições gerais israelenses foram um mecanismo de formação de um governo de unidade burguesa para ganhar a força necessária para reprimir os movimentos palestinos.

O governo anterior, do trabalhista Barak, tentou preservar a opressão sobre os

palestinos apoiado nas sucessivas traições das direções da Autoridade Palestina, encabeçadas por Yasser Arafat. O problema é que essas direções mostraram-se no último período ultrapassadas pela revolta da população palestina, mostraram-se incapazes de continuar contendo a insatisfa-

ção da população com a opressão israelense através de seus acordos e negociações de "paz".

Os direitistas de Israel, organizados no partido Likud, tomaram a iniciativa de provocar um acirramento dos conflitos, abrindo uma crise de governabilidade. Os trabalhistas foram pressionados a realizar eleições gerais, de modo a formar um novo governo, de unidade burguesa com maioria direitista, a fim de consolidar a linha repressiva.

O passo seguinte foi a realização de manobras militares conjuntas com os EUA, a fim de preparar a intervenção ianque no conflito. Caso a unidade burguesa israelense, apoiada no isolamento árabe aos palestinos, não seja capaz de lhes forçar a rendição, então as bombas norte-americanas vão cair também na Palestina. Não há limite para o imperialismo garantir o controle sobre a região estratégica.

Os palestinos devem manter seu movimento de independência e exigir a unidade árabe. O que quer dizer o armamento da população árabe para resolver o problema da opressão nacional pelas próprias mãos, derrotando sua burguesia submissa, tomando-lhe o poder político e econômico pela revolução proletária.



Adquira com o distribuidor deste jornal:

Obras Completas de G. Lora

Toda a trajetória do trotskismo boliviano em 56 voilumes de cerca de 550 páginas cada, que chegarão a mais de 60 volumes no total, expressando a derrota ideológica da burguesia, passo inevitável no caminho da revolução proletária.